

2. TEORIAS SOCIAIS DO ENVELHECIMENTO

Ao longo dos tempos surgiram diferentes teorias, umas com perspectivas idênticas e outras com perspectivas diferenciadas, contribuindo as suas abordagens para demonstrar como o indivíduo se adapta ao estado de idoso e explicar a forma como ocorre o seu processo de envelhecimento, que passamos a enumerar e a descrever de forma resumida.

2.1. Teoria do Desvinculo

Esta teoria considera como fundamento o desvinculo, processo inevitável, onde ocorre a quebra de muitas relações entre uma pessoa e outros membros da sociedade, as relações que se mantêm sofrem alteração na qualidade.

A referida teoria assenta em três proposições fundamentais:

- processo de mútuo afastamento dos idosos em relação à sociedade e desta em relação a eles é uma ocorrência usual;
- este processo de desvinculo é inevitável;
- é necessário para um envelhecimento bem sucedido.

Com o passar dos anos o indivíduo vai envelhecendo, surge então a preparação para este desvínculo por parte do indivíduo e da sociedade.

Segundo esta teoria, a desvinculação surge como um procedimento pelo qual a sociedade organiza a sua distribuição e componentes, desta forma quando o inevitável ocorre, não se verifica quebra na actividade ordenada da sociedade, verificando-se que a

sociedade as suas organizações subsistem de maneira seguro, assegurando a harmonia social.

A Teoria do Desvinculo baseia-se no conceito de que é favorável para a sociedade “rejeitar” determinados indivíduos que devido às suas limitações provocariam instabilidade no funcionamento social. À luz desta teoria, a velhice é considerada um problema, sendo para tal fundamental que a sociedade disponha de competência para “deslocar” os senescentes de situações fundamentais para situações menos importantes.

Nesta perspectiva, o envelhecimento é um processo gradual, devido ao facto da sociedade limitar cada vez mais a sua oferta de papéis, de diferentes tipos e de os indivíduos findarem progressivamente a sua interacção na actividade da sociedade. É também um processo inadiável a todas as pessoas e que por sua vez assenta na satisfação mútua entre os indivíduos e a própria sociedade.

São os próprios indivíduos que escolhem determinados papéis sociais, dos quais se demitem por já não possuírem resistência física e mental suficientes. Ao desligarem-se de determinados papéis os idosos reduzem a ligação que os liga às normas da sociedade, ficando mais livres para se ocuparem com os seus interesses pessoais.

A Teoria do Desvinculo pode ser rotulada de optimista pois encara o envelhecimento como um conjunto de transformações agradáveis, em que o desvio mútuo sociedade/indivíduo exprime um acréscimo do bem-estar para o desvinculado, pois origina o afastamento de várias pressões, coacções e ansiedades inseparáveis à representação de papéis sociais de relevo por parte dos indivíduos.

Existe de facto uma perda gradual de papéis fundamentais quando nos avizinhamos da faixa etária designada por idosos, mas esta perda pode não estar associada directamente à idade, mas à sua situação de saúde, ao decréscimo de recursos monetários e à redução de oportunidades.

2.2. Teoria da Actividade

Esta teoria resultou em parte da oposição feita à Teoria do Desvinculo. Anteriormente os estudos que existiam tinham como base obter que o indivíduo conquistasse uma melhor adaptação à velhice, dando grande importância à prevenção, de maneira a que o indivíduo continuasse com faculdades para desempenhar actividades ou ocupações. O somatório destas actividades previa o princípio básico e fundamental da Teoria da Actividade, assim o grau de actividade desenvolvida está relacionada com o nível de satisfação de vida.

Com a sistematização e estruturação da Teoria da Actividade, defendida por autores como Havighurst, Maddox e Eisdorf, Miller e R. C. Atchley, demonstrou-se que a Teoria do Desvinculo continha falhas e incorrecções.

A Teoria da Actividade regula-se em três bases fundamentais:

- a) a maioria dos idosos, se a sua saúde o permitir, conservam de forma razoável os níveis de actividade;
- b) o estilo de vida passado e as condições sócio-económicas influenciarão vinculados ou desvinculados, com maior significado que algum processo intrínseco e indeclinável;
- c) a actividade social, física e mental deve ser mantida e desenvolvida para que o âmbito do envelhecimento seja bem aproveitada.

Para que o envelhecimento seja uma experiência bem sucedida é necessário que haja um prolongamento, uma continuação das actividades e normas praticadas em meia idade. Devido a certos condicionantes, como por exemplo a saúde, essas actividades

inicialmente, poderão ter uma diminuição ocorrendo à posteriori um acréscimo. Em indivíduos saudáveis as mudanças ocorridas são praticamente nulas.

A Teoria da Actividade admite que sejam extraídos determinadas funções, às vezes até os mais representativos, mas em contrapartida outros perduram transmitindo e proporcionando equivalente contentamento. À luz desta teoria, há uma relação directa entre o nível de satisfação de viver e os papéis sociais desempenhados, a actividade implementada e a intensidade das relações sociais ocorridas. Para tal contribui a manutenção dos valores, da vida e dos comportamentos de meia-idade ou a sua conversão por outros que assegurem as condições anteriores de actividades.

Ocorre um decrescimento do nível de satisfação quando factores como a redução de actividade e perda de papéis não são substituídos. De acordo com estudos realizados por Lemon, Bengtson ou Peterson, a duração e estabilidade das interações existentes origina a existência de uma moral elevada, sem ser dependente do número de papéis. Desta forma o nível de actividade não determina o nível da moral, pois pode verificar-se uma extensa actividade e uma baixa moral. Também poderá ser problemático para o indivíduo idoso assegurar níveis de actividade mais ou menos equivalentes aos praticados por indivíduos de meia-idade, muitas vezes devido a factores como o estado de saúde, as condições económicas ou o próprio avanço tecnológico.

Esta teoria consente duas inadequações essenciais, como teoria explicativa do comportamento social dos longevos. A primeira baseia-se na hipótese de que estes indivíduos ajuízam-se de acordo com os modelos e procedimentos de indivíduos de meia-idade, mas não define o que sucede quando os mesmos não aceitam tais modelos; a segunda não esclarece o que ocorre quando esses sujeitos não podem, por motivos físicos, mentais ou sócio-económicos, garantir um nível de vida idêntico ao que têm os indivíduos de meia-idade.

A Teoria da Actividade sofre críticas por ser um reflexo da ideologia da classe média, estando o pólo central situado no “adulto-activo”, ajuíza que os idosos activos se adaptam com menos dificuldade à sua condição do que os inactivos, existindo desta forma um relacionamento entre a actividade e a satisfação pela vida. Esta teoria ganha significado no campo gerontológico, uma vez que o sistema de valores da sociedade actual confere uma importância fundamental à produtividade e ao trabalho. Alguns idosos são incapazes de manter o ritmo de actividade que possuíam anteriormente, quer pela redução das suas receitas, quer pelo seu estado de saúde ou ainda pelo seu grau de satisfação face à sua condição de inactividade.

2.3. Teoria da Personalidade

Após a análise desta teoria, por vários autores, verifica-se que a mesma está ligada a vários aspectos psicológicos do envelhecimento; outros há que a agrupam nas teorias gerais do envelhecimento. Este enquadramento pretende interpretar o processo de envelhecimento com base na personalidade do indivíduo, esta teoria devido a este facto pode ser considerada uma macro-teoria.

Como as teorias anteriores não deram importância suficiente aos processos diferenciais de envelhecimento, iniciaram-se estudos que favoreciam de maneira mais evidente essa distinção, sem que abrangessem forçosamente a definição de uma ou outra forma de envelhecer mais ou menos satisfatória.

Os estudos desenvolvidos por Lowenthal e Boler indicam que existe uma diferença significativa entre desvinculo voluntário e involuntário. O primeiro conduziria a elevados níveis de satisfação e o segundo a níveis baixos de satisfação da vida. O

mesmo princípio comanda o decréscimo nas interações sociais com o correspondente isolamento que pode advir.

Na opinião de Havighurst, é o tipo de personalidade que demarca o nível de satisfação e não o nível de actividade, desta forma os diferentes tipos de personalidade exigem diferentes níveis de actividade com o objectivo de alcançar um elevado grau de satisfação de viver.

Os senescentes podem ser agrupados por várias personalidades tipo:

- indivíduos activos que trocaram as antigas actividades e papéis por outras actividades e papéis correspondentes ao seu escalão etário. Estes indivíduos registam um alto nível de satisfação e são personalidades bem integradas;
- indivíduos portadores de personalidade adaptada, com diminuição de papéis e actividades anteriormente desempenhadas, originando a concentração num número limitado de actividades e papéis. Estes sujeitos apresentam também um elevado nível de satisfação;
- indivíduos que renunciam voluntariamente às diversas actividades ligadas ao passado mas que continuam com satisfação na vida.

Os indivíduos pertencentes a estes três tipos de personalidade estão integrados e adaptados, possuindo como semelhança o elevado nível de satisfação, salientando-se pelo número de actividades e papéis. Em contrapartida, há idosos que possuem tipos de personalidade que pertencem a padrões desenquadrados ou deficientemente adaptados ao processo de envelhecimento:

- idosos próximo da personalidade adaptada, têm satisfação enquanto for possível, tentam conservar os papéis e actividades da idade madura muito para além dela, ainda que isso implique valores pessoais muito elevados;

- indivíduos que reduzem as suas actividades com o objectivo de impedir um confronto directo com as suas perdas, apesar de não fazerem nada voluntariamente para afastar ou antecipar as transformações, a satisfação é variável mas pode considerar-se positiva;
- os apoiados, que solicitam basicamente ajuda e apoio, alcançando um nível médio de satisfação e actividade;
- os apáticos, muito dependentes dos outros, aceitando a sua situação de forma passiva, a sua motivação, actividade e satisfação encontram-se a níveis muito baixos;
- os desorganizados, possuindo graus de actividade muito fracos ou negativos e iguais níveis de satisfação.

As características estruturais da personalidade e a influência do meio servem de apoio para esta teoria. O envelhecimento individual é tido em conta por esta teoria, contudo são estabelecidos tipos, onde são agrupados alguns subgrupos da população que conseguem manifestar características bem distintas, apesar dos condicionantes que existem quando se tenta agrupar indivíduos de acordo com tipologias mais ou menos fixas.

2.4. Teoria do Meio Social

O comportamento, segundo esta teoria, que se verifica na velhice está dependente de um leque de factores biológicos, sociais e económicos, procurando fazer a articulação com os aspectos estruturais, interactivos e pessoais. O valor atribuído, à velhice, depende da

conjuntura de uma determinada época ou sociedade, diferentes contextos atribuem diversos significados à população sénior.

O processo de envelhecimento e a maneira como este processo é vivido é explicado pela interdependência entre a personalidade e o meio, sendo a moral do idoso determinada pelas características sócio-ambientais do envelhecimento.

É de extrema importância a caracterização do meio nos seus elementos “contexto individual” e “contexto social”. Os factores saúde, recursos económicos, apoios sociais pertencem ao “contexto individual e qualquer deles possui um peso significativo na forma de viver a velhice.

Do “contexto social” fazem parte as expectativas ou “normas de actividade”, indispensavelmente adaptáveis visto que a mudança contínua nas interacções exercidas pelos idosos no seu grupo de pertença é um acontecimento incontestável.

Determinados contextos facilitam a interacção social, na medida em que existe uma proximidade entre indivíduos da mesma idade, ou seja, que partilham entre si as mesmas ideias, os mesmos comportamentos e atitudes. Em oposição há contextos que proporcionam uma certa distância entre as pessoas e uma heterogeneidade em termos de idade, o que reduz a possibilidade de interacção. Desta forma podemos concluir que diferentes contextos sociais originam comportamentos diversos entre as pessoas e impõem respostas diferenciadas aos longevos. A interacção social pode ser facilitada através da relação que existe entre a proximidade física e a homogeneidade etária, no entanto pode-se fomentar a segregação etária, pois ao ser promovido o intercâmbio social entre indivíduos da mesma idade, eles podem remeter-se para o isolamento, originando um afastamento em relação àqueles que pertencem a outras faixas etárias, o que poderá levar à exclusão social.

2.5. Teoria da Continuidade

Para a Teoria da Continuidade, o último estágio da vida é um prolongamento dos períodos antecedentes, apesar de existir um reconhecimento em relação à descontinuidade das situações sociais.

Segundo esta teoria, os diferentes estados do ciclo da vida são caracterizados por um elevado grau de continuidade, sendo a adaptação dos indivíduos à velhice influenciada pela personalidade e estilo de vida anterior.

Com o passar dos anos, à medida que se verifica um crescimento em relação ao indivíduo e à sua maturidade e que o indivíduo transita para o estado de maturidade tardia e posteriormente para a velhice, a Teoria da Continuidade reconhece que o indivíduo desenvolve diversos valores, atitudes, normas e hábitos estáveis, que se transformam numa parte concreta da sua personalidade, desta forma a adaptação e o estilo de vida são determinados basicamente pelos estilos de vida, hábitos e comportamentos alcançados ao longo da existência.

Os indivíduos que durante a sua vida activa foram pouco sociáveis e que se dedicaram unicamente ao seu trabalho, possuem poucas condições para se tornarem mais activos após a aposentação, em contrapartida os indivíduos que tiveram uma vida mais activa e mais envolvimento social, gozam de maior capacidade para reorganizar a sua vida, envolvendo-se em actividades idênticas às praticadas nas etapas anteriores. Aponta-se desta forma para uma relação concisa entre as actividades actuais e as anteriores. Acontece que, por vezes, ocorrem situações de incompatibilidade com a situação em que o idoso se encontra, devido aos diminutos rendimentos, à pouca frequente interacção social e ao débil estado de saúde.

Segundo esta teoria as predisposições para intervir em determinados sentidos encontram-se subordinadas a alterações, originadas por graduais e complicadas normas de interacção, que o indivíduo possui para com os outros e com o meio, nas várias etapas do ciclo da vida. Também podem ocorrer mudanças para adaptação dos indivíduos a novas situações.

Para termos conhecimento dos hábitos de vida na velhice é necessário ter conhecimento dos estilos de vida alcançados e expandidos no decorrer da vida do indivíduo, o que por vezes é difícil de constatar. Esta teoria invalida a inovação e a criatividade realizáveis na velhice, devido ao facto de o indivíduo ter uma ligação muito intensa aos comportamentos e hábitos adquiridos ao longo da vida, nada fáceis de transpor nesta fase.

2.6. Teoria da Subcultura

A idade, para Arnold Rose, é entendida como uma forma de subcultura, acabando esta por delimitar e encaminhar os comportamentos dos indivíduos. Os senescentes compartilham entre si valores, normas, comportamentos sendo possuidores de uma subcultura.

Com as características comuns apresentadas por diferentes idosos é possível proceder-se à constituição de um grupo social divergente de todos os outros, entendendo-se por grupo social um conjunto de indivíduos em interacção em ordem à consecução de um ou vários objectivos comuns.

Deve-se a três factores o aparecimento da Teoria da Subcultura:

- aumento do número de senescentes, facultando a formação de uma categoria particular, com ideias, valores e comportamentos idênticos;

- a privação de participar na sociedade, através de acontecimentos como a aposentação (separação social) ou a sua situação de saúde (separação física), despertando nos idosos a noção de que são “diferentes” dos outros, tanto pelas suas ideias, pelos seus valores e pelos comportamentos partilhados entre eles, como pelas posturas dos remanescentes elementos da comunidade face aquele grupo específico. Verifica-se que os longevos fazem parte de uma geração que viveu um tipo de experiência e possuem uma forma característica de ver a vida e a sociedade, sustentada em valores muito seguros e por vezes custosamente compreendidos por gerações mais jovens;
- este último apoia-se no anterior, pois a privação e a consciência de si enquanto grupo “autónomo” e como tal dividindo interesses comuns dentro desse grupo particular, originando como é óbvio um “espírito de corpo” um “espírito de grupo”.

Este grupo de indivíduos é portador de uma subcultura e possuem um conjunto de normas que norteiam os seus comportamentos. O incremento desta subcultura é beneficiado pelo afastamento entre as gerações.

O reconhecimento de que a idade formava uma subcultura originou o desenvolvimento de organizações projectadas exclusivamente para a população sénior, possuidoras de composição, filosofia e estilos diversos, exercendo influência de certa maneira sobre os seus elementos, originando a adopção de determinada associação tendo em conta a que expressa da melhor forma as suas ansiedades, ou à ausência de relacionamento com uma destas organizações devido ao facto de não responderem às suas conveniências ou porque não querem ser rotulados de “velhos”.

A Teoria da Subcultura, tal como as outras teorias, não consegue dar explicação aos diferentes tipos de atitudes examinados nos sujeitos com mais idade.

Contudo há outros factores, reconhecidos pelos próprios teóricos da subcultura, que exercem mais influências no comportamento dos indivíduos do que a subcultura da idade.

A idade tem mais influência, como subcultura, que a subcultura social, ocupacional ou religiosa.

As subculturas alusivas à idade não são semelhantes, pois a subcultura assente na idade não tem carácter universal. A inserção na subcultura da idade é influenciada por diferentes factores, entre outros, como a família, o trabalho, a comunicação social e manifestações de susceptibilidade perante a progressão da idade.

Na subcultura da idade encontramos dois tipos de status que determinam a posição do indivíduo:

- o status conferido pela sociedade;
- o status conferido pela subcultura da idade.

O status conferido pela sociedade é o resultado de variáveis como os recursos financeiros, a profissão, a educação, sendo a importância destas variáveis estabelecida pela idade.

O status conferido pela subcultura da idade engloba variáveis como a saúde física e mental do indivíduo e a actuação social, esta última variável é significativamente condicionada pela saúde.

O estado de saúde física e mental influenciam e fazem variar, de forma negativa ou positiva, a satisfação de viver e a actividade social.

Para esta teoria, os idosos pertencem a um grupo social distinto dos restantes grupos existentes na sociedade. Desta forma, teoricamente, este grupo é considerado um grupo minoritário.

Strieb e outros autores, nos seus estudos, mencionam que os idosos são obrigados a formar esse grupo minoritário dentro da sociedade, apesar de não ser só a idade a constituir por ela própria um critério suficiente para originar este grupo.

Este grupo social pode apresentar características identificadas como próprias dos grupos minoritários, contudo os longevos são considerados como uma categoria social. Por categoria social entende-se o conjunto de pessoas consideradas como uma unidade por terem em comum uma ou várias características consideradas importantes do ponto de vista social.

A imagem que temos destes indivíduos e a imagem que eles supõem de si mesmo não são propriamente específicas dos grupos envelhecidos ou dos grupos minoritários.

Perante a segregação, as reacções podem ser variadas dependendo de muitos factores e podem originar uma atitude activa ou desprendimento completo.

2.7. Teoria da Socialização

Esta teoria surgiu com base na reflexão feita sobre a interacção dos idosos e foi desenvolvida por I. Rosow.

A integração dos idosos resulta do status social que lhe é reconhecido. A segregação que ocorre não resultou só de um processo, é considerada uma condição social que reforça esse processo, desencadeada por uma série de estereótipos (combinações de atitudes e preconceitos, que encaminham os sujeitos a construir de outros imagens inexactas) negativos sobre o envelhecimento.

A desvalorização que os senescentes sofrem faz com que este grupo se sinta solidário e divida o mesmo grupo, este papel que contribui para a consciência de grupo funciona

também como factor implementador de uma acção de socialização desenvolvida com base numa ocorrência comum.

Na opinião de alguns autores, a Teoria da Socialização está a intensificar a segregação dos idosos, a incrementar uma subcultura ou uma contra-cultura cimentada num grupo minoritário determinado pela idade, dando simultaneamente um parecer derrotista sobre os mesmos, pois não prevê a capacidade de existirem novos deveres sociais para os idosos.

Esta teoria ao preservar a constituição de “colectividades autónomas e isoladas” tinha como objectivo impedir a solidão e o isolamento dos idosos, garantindo-lhes a incorporação neste género de comunidades, esquecendo que se poderia estar a implementar o resultado contrário.

A segregação, segundo esta teoria, está dependente de factores tais como: desaparecimento de papeis e actividades, carência de possibilidades sociais, estabelecimento de imagens negativas; em resumo, depende de todo o meio envolvente que exerce a sua influência.

2.8. Teoria do Síndrome de Reconstrução Social

Kuyports e Bengtson elaboraram e defenderam esta teoria.

Segundo Levet-Gautrat (cit. Ilhéu 1993:17) “*a imagem do eu, a sua relação com a sociedade e a apreciação que fazemos das suas capacidades provêm das imagens que reenvia o ambiente social*” desta forma o idoso identifica-se com a imagem de idoso que lhe é transmitida pela sociedade, originando gradualmente e por vezes sem retorno uma situação de dependência.

O idoso ignora o papel que pode experimentar na sociedade e nasce um sentimento profundo de perda de identidade, devido ao facto de inexistência de um fio condutor, ocorre a perda de papéis sociais fundamentais e não possui um grupo de referência que lhe possa fornecer o fio condutor essencial para que tome consciência de que o seu papel é representativo.

Esta teoria pretende modificar este processo, incutindo certos componentes do sistema social, que na opinião de Zay (cit. Ilhéu 1993: 17) tem a seguinte descrição: *“em primeiro lugar o esforço de libertar o indivíduo de uma imagem estereotipada; resultante de uma concepção inadaptada da idade (...); em segundo lugar a melhoria dos serviços sociais (...); em terceiro lugar; o reforço da auto-determinação do indivíduo, de modo a poder escolher o que quer fazer, como e quando o quer fazer”*.

A causalidade da dependência pode sofrer uma quebra, se houver intervenção no sistema social, particularmente com base na construção de uma “nova imagem” dos idosos que fortaleça a sua autonomia e a sua identificação social.

Desta forma a Teoria do Síndrome da Reconstrução Social reúne propriedades e características da Teoria do Meio Social, pois consente a capacidade de existirem alterações das práticas sociais referentes aos longevos. Surgem críticas ao redor desta teoria sendo a mesma revestida de um certo fatalismo.

2.9. Teoria da Modernização

Esta teoria foi expandida por Cowgill e Holme e faz a ligação entre a modernização da sociedade ao “status” das pessoas de idade. Na perspectiva desta teoria o vínculo é negativo, pois quando a sociedade se moderniza, diminui o status do idoso.

Se nos debruçarmos sobre o desenvolvimento da sociedade moderna, verificamos que existem quatro factores que ocasionam o decréscimo da condição dos idosos:

- o aperfeiçoamento da tecnologia sanitária;
- a beneficiação e eficiência da tecnologia económica;
- a urbanização;
- os avanços no nível de instrução.

O papel do idoso na sociedade moderna é influenciado por estes factores, que funcionam em conjunto ou isolados.

Os senescentes apercebem-se da diminuição da sua importância, em prejuízo dos jovens, devido ao aperfeiçoamento do conhecimento, ao valor da flexibilidade e a quebra da tradição. São confrontados com situações de inferioridade no mercado de trabalho, que origina perda do domínio financeiro e crescimento da restrição em descobrir nova ocupação.

Esta teoria procura esclarecer a evolução do problema da velhice na nossa cultura, contudo é limitativa na explicação futura do problema de envelhecimento, pois algumas das suas antevistas não se confirmarão ou terão uma reduzida ocorrência: a esperança de vida terá um crescimento menos significativo, ocorrerá uma diminuição nas taxas de crescimento demográfico, o urbanismo também sofrerá uma redução e o nível de instrução terá tendência a tornar-se uniforme.

2.10. Teoria da Estratificação Social

Teoria desenvolvida nos anos 70, por autores como Riley e Foner, tendo para princípio básico a idade como variável determinante do comportamento, assente em dois

critérios: a idade limita a capacidade do indivíduo para desempenhar diferentes papéis e actividades e a sociedade com base na idade distingue direitos, papéis e oportunidades.

O desempenho de um papel pode ser afectado pela idade cronológica, devido a restrições de carácter biológico, legal ou social.

A idade cronológica reparte a população em estratos a que equivalem direitos, papéis e oportunidades. A transição de um estrato para o outro modifica esses direitos e obrigações, tal como transforma as competências individuais, a participação e a contribuição dos sujeitos para a sociedade.

Os sujeitos, como elementos da sociedade, condizem com determinado conjunto de grupos, uns com mais duração que outros.

A divisão, segundo a idade, detém uma maior duração num determinado sentido e mais transitória noutro.

O grupo a que o indivíduo pertence proporciona-lhe um certo enquadramento da sociedade; fomenta várias expectativas em conformidade com um mesmo papel, influenciando, desta forma, o comportamento e os pensamentos dos indivíduos.

Para qualquer indivíduo o facto de pertencer a um determinado estrato de idade reveste-se de grande importância e são várias as variáveis que condicionam essa importância.

Anteriormente, os estratos de idade possuíam um número de elementos e abrangiam um número mais elevado de anos, ou então eram composto por maior número de elementos e englobavam um número menor de anos. Devido ao facto de existirem camadas de idade menos prestigiadas do que outras, pode ocorrer uma passagem acelerada pelas camadas menos prestigiadas para pertencer a outras mais prestigiadas ou uma permanência numa camada prestigiada esquivando o ingresso na camada com menor prestígio.

A valorização de uma camada de idade varia com o decorrer dos tempos e de sociedade para sociedade, e até mesmo dentro de uma determinada sociedade, ocorrendo um contínuo aumento dos espaços considerados mais prestigiados.

Constituindo a velhice uma das fases em que se verifica um aumento gradual do número de efectivos, sendo a longevidade na velhice um facto concreto, existindo um envelhecer na própria velhice deveria ocorrer uma intensificada dedicação do poder e um crescente prestígio deste grupo etário, originado pela própria consciência com que este grupo avalia a sua carga. Face aos adultos produtivos a velhice depara-se com uma posição de dependência.

Esta teoria valoriza ainda o conceito de socialização, mecanismo pelo qual a sociedade transfere as suas normas, os valores, as formas de pensar, sentir, agir aos membros e que só termina com o falecimento do indivíduo. Este processo é inevitável e essencial para a transição de um grupo etário para outro, de uma fase da vida para outra, de maneira a que ocorra uma perfeita conformidade entre a acção e as expectativas criadas pelos novos papéis.

Os autores desta teoria identificam-na mais como um modelo do que uma teoria, pela exigência de aperfeiçoar a sua formação de conceitos. Como grande limite assenta na ocorrência da idade acontecer como um elemento de ponderação fundamental no esclarecimento do modelo social de envelhecimento; não existindo atenção do modelo de estratificação social em relação aos outros tipos de estratificação presentes na sociedade, tal como a estratificação assente em variáveis como o sexo, a etnia ou a religião.

2.11. Teoria dos Novos Papéis

A explicação do comportamento dos idosos através da Teoria do Papel Social começou a ser tratada no início da segunda metade do século XX por vários autores, com base no modelo teatral e através da comparação entre o actor teatral e o sujeito e a sua manifestação na sociedade.

Esta teoria, desenvolvida por C. H. Cooley, V.I. Thomas e G.H. Mead, aplica três conceitos essenciais:

- “definição da situação”, que corresponde ao “estádio de verificação e deliberação” para dar uma resposta ao estímulo de forma mais conveniente;
- “looking – glass self”, equivale ao que “ de modo subjectivo entendemos do comportamento dos outros com quem exercemos interacção de maneira a definir se estamos ou não a desenrolar um papel adequado;
- “presentation self”, está em correspondência com a nossa maneira de agir após a aquisição de dados que nos conferem seleccionar o “self” mais adequado à ocorrência, podendo o “self” ser flexível e admitir diversas formas.

Estes conceitos, em conjunto, esclareceriam as variações do comportamento dos indivíduos seniores, que estando sujeitos às situações que seriam determinadas de forma individual, da interpretação e dos resultados oferecidos proporcionarem variados caminhos ou vários “selfes” adaptados a cada situação.

A Teoria do Papel Social desenvolveu-se há pouco tempo na sua aplicação ao processo de envelhecimento como uma Teoria de Mudança de Papéis.

A entrada no processo de envelhecimento originaria a aceitação de novos papéis e a adaptação aos mesmos. A situação de satisfação de vida é o resultado da existência de novos papéis e da adaptação que os indivíduos fazem a esses papéis, tal como da

aptidão para se desprender dos anteriores e comutá-los por outros. O nível de satisfação é influenciado de igual modo pelo nível de actividade, pelo tipo de desvinculo, que pode ser voluntário ou obrigatório, permanente ou temporário, selectivo ou total, pela avaliação da situação e pela imagem de si próprio.

As modificações que ocorrem nos papéis abrangem todos os papéis sociais realizados pelos indivíduos, abrangendo familiares e outros.

Com base em estudos desenvolvidos posteriormente, Barreto (cit. Ilhéu 1993: 23) refere que a *“importância dos factores cognitivos, designadamente a avaliação do carácter de ameaça ou da gravidade de uma perda que é feita pelo indivíduo em função das suas motivações e sobretudo da sua experiência passada”*.

A importância da consciência na determinação do comportamento pode ser expressa:

- pela percepção das mudanças objectivas, está relacionada com a evolução do comportamento;
- pelas modificações que ocorrem e que são percebidas e avaliadas tendo em conta as preocupações e desejos do indivíduo;
- pela adaptação ao processo de envelhecimento, que está dependente do equilíbrio existente entre as estruturas cognitivas e as motivações do indivíduo.

Com a reunião destes três factores somos encaminhados para a constatação de que um determinado facto estará de alguma maneira relacionado com as modificações que ocorrem num meio sendo por isso objectivas. As expectativas e motivações do indivíduo orientam a percepção que ele produz sobre o facto e que desencadeia e determina o comportamento do indivíduo.

Assim, as motivações e as expectativas do indivíduo têm maior peso para originar um determinado comportamento comparadas com as alterações ocorridas num meio objectivo.

Também Lazarus (cit. Ilhéu 1993: 24) tem opinião idêntica quando garante que “*não é meramente a alteração objectiva ligada à idade, mas sim o seu significado subjectivo que afecta a adaptação*”. Contudo os senescentes possuem necessidade de conservar o equilíbrio entre os sistemas cognitivos e motivacionais.

Esta teoria estabelece uma relação entre a perda ou diminuição de actividades devido à idade e o empenho de persistir activo, existindo possibilidade de novos papéis para aqueles que assim o desejem.

O idoso poder-se-á adaptar a estes novos papéis através dos conhecimentos e disponibilidade de cada um, no entanto esta adaptação será condicionada por factores como a saúde mental e física e as motivações.

A Teoria dos Novos Papéis atinge uma perspectiva optimista se admitirmos que a entrada na reforma pode ser preparada e pode permitir novos papéis e actividades na terceira idade.

2.12. Teoria da Troca

Esta teoria apresenta a sua base no conceito económico das relações de troca e foi desenvolvida por Dowd.

Normalmente, com a chegada da reforma ocorre também uma diminuição dos recursos, seguida de uma fase onde as trocas com os longevos são consideradas com interesse mais reduzido para aqueles que pertencem ao pólo da relação da troca, verifica-se nesta altura uma diminuição das trocas. Contudo alguns estudos demonstram que os idosos são apoiados, com alguma regularidade, pela família, amigos e vizinhos. Este apoio e ajuda informal podem ser estudados sob a base de uma troca social, utilizando a teoria

sociológica da troca, dado que alguns indivíduos fomentam as suas relações sociais no princípio da maximização dos benefícios que resultem dessas afinidades.

Segundo esta teoria podemos investigar as relações no seio da família, visto que dela fazem parte um conjunto de relações baseadas na troca de bens e serviços; onde as relações afectivas são equiparadas a outros “bens comercializados”, tais como o dinheiro, as tarefas domésticas e a prestação de ajuda. Possuir um desses bens tem igual valor a dispor de um elemento de troca susceptível de ser apresentado aos restantes elementos da família.

O idoso tem presente as suas vivências do passado para antever o que poderá conseguir com as mesmas trocas no presente e mantém esse intercâmbio, desde que retire dele proveito.

Reconhece-se uma regra de troca, em que as pessoas ajudam os outros de modo proporcional à ajuda que recebem. Em contra partida, surge a regra altruísta da beneficência, de benevolência, em que se dá ajuda sem existir necessidade de retribuição. Mas a interacção social baseia-se na directriz da reciprocidade na medida em que obtém um ganho de uma relação social.

Segundo a Teoria Económica da Família, estes bens assumem tendência para a valorização, como bens de troca.

Este tipo de bens (subjectivos ou objectivos) são valorizados pela família e por toda a sociedade em geral. Quem os possui, encontra-se na posse de uma série de factores que apoiam o poder de relacionamento do sujeito que os possui. Se acontecer o contrário, ou se os bens não são valorizados o suficiente, então o poder relacional sofre uma forte diminuição.

O contributo de cada elemento de um grupo para o grupo demarca a condição que ocupa dentro do grupo, se o elemento não está em situação de retribuir o que recebeu pode ser

confrontado com alguma marginalização, encontrando-se o idoso nesta situação, conforme a perspectiva da Teoria da Troca.

A maioria da população sénior possui um consumo maior que o seu rendimento, o que origina que o seu valor económico seja muito reduzido e por vezes até negativo.

Por princípios de ordem moral e religiosa, os membros “não produtivos” continuam ligados ao grupo, permitindo de certa forma a valorização desses elementos pelas compensações espirituais que daí resultam. Quando se verifica que estes princípios não possuem consistência ou são inexistentes, o grupo fará com que os elementos “não produtivos” sejam retirados do mesmo, devido ao facto de se ter perdido o valor da troca, tornam-se dispensáveis as relações de troca que existiam até esse momento.

As instituições para os seniores destinam-se aos membros mais fracos na relação de troca, em substituição, de certa maneira, a tarefa de protecção que competia anteriormente à família. A família desloca a responsabilidade de manter e cuidar dos idosos para outros grupos da sociedade. Dependendo do seu custo e do seu nível de produtividade assim é a posição do senescente na sociedade, esquecendo-se e tornando-se irrelevantes os bens transaccionáveis que estes indivíduos detêm.

Nas trocas sociais entre os longevos e a sociedade, os idosos perdem poder, recebem mais do que podem retribuir, sendo este motivo suficiente para a sociedade depreciar a categoria social deste grupo de indivíduos. Enquanto a utilidade social dos idosos for reconhecida tendo em conta a utilidade económica dos mesmos esta situação será mantida.

Esta teoria sendo generalizada a todos os sujeitos de idade, cria uma grande falha, pois não admite a capacidade do idoso deter a posse de bens objectivos ou subjectivos transaccionáveis até ao final da sua existência.

2.13. Teoria dos Papéis Sociais

Todos os indivíduos desempenham diferentes e diversos papéis sociais ao longo da sua vida, estes papéis identificam os sujeitos e podem ser conferidos em conformidade com a respectiva idade sexo, raça, classe, independentes do controlo do indivíduo, ou conquistados através de preferência ou dedicação e esforço próprio.

Nas diferentes sociedades, os jovens, os adultos e os longevos não recebem igual tratamento, este varia consoante a idade de cada indivíduo. A Teoria dos Papéis Sociais procura demonstrar a ligação entre o papel social e a idade, da mesma forma que relaciona as expectativas que surgem em redor de um indivíduo e a faixa etária a que ele pertence. A sociedade estabelece regras de comportamento em conformidade com a idade, sendo esta um factor identificativo para os indivíduos, colocando em segundo plano, as vivências, a sensatez, as capacidades e as experiências dos que possuem mais idade.

Na opinião de Hooyman e Kiyak a melhor forma de se conseguir uma adaptação ao envelhecimento resulta da aceitação da mudança de papéis que ocorre nos últimos anos da vida.

2.14. Teoria do Descompromisso

Esta teoria defendida por Cumming e Henry apresenta como propósito a inevitabilidade do idoso em se tornar livre das expectativas da sociedade. A partir de determinada idade, os indivíduos abandonam a vida activa e produtiva sendo substituídos por outros. Este abandono é vantajoso para a sociedade, pois a saída dos indivíduos da vida activa origina acessos para outros indivíduos. Esta situação é inevitável e impõe-se como

preservada o júbilo dos idosos por este desligamento de papéis sociais e interacção social.

A redução dos contactos sociais, nomeadamente a perda dos cargos profissionais, é reconhecida como característica desta etapa. Surge uma vida desligada de compromissos, associando-se a redução da capacidade mental e física ao indivíduo idoso.

2.15. Teoria da Estratificação Etária

A sociedade agrupa os indivíduos em categorias, de acordo com a sua idade, relacionando-a com determinados papéis e responsabilidades. Esta teoria, análoga à empregue nas análises sociológicas da estratificação em classes, ajuda-nos a melhor compreender a posição das diferentes faixas etárias e o significado da idade em diferentes contextos. Esta teoria, entende a idade como um critério universal, critério esse, pelo qual os papéis sociais, as responsabilidades e os privilégios são repartidos pelos sujeitos de acordo com a faixa etária a que pertencem.

Desta forma, esta teoria tem como preocupação as relações que se estabelecem entre as pessoas da mesma faixa etária e entre os sujeitos que pertencem a grupos etários distintos. Apresenta a existência de diferenças entre as fases (jovem, meia idade, idoso) e que os indivíduos que fazem parte do mesmo estágio possuem provavelmente conhecimentos e experiências de vida comparáveis no que concerne ao desempenho de determinados papéis sociais.

Esta teoria tem também em conta o factor histórico, que procura compreender as diferenças de comportamento de pessoas com distintas faixas etárias, e a forma como prestaram contributo à sociedade. Os indivíduos que nasceram num determinado espaço

de tempo coincidente partilham uma perspectiva histórica comum, presenciaram as mesmas mudanças e acontecimentos, o que influencia determinados valores atitudes e comportamentos.

Esta intenção de distinguir os elementos de uma sociedade pela idade pode ser sujeita a críticas, pois não refere as diferenças funcionais dos indivíduos pertencentes ao mesmo escalão etário, sendo essas diferenças de grande valor para avaliar a situação do indivíduo em relação aos outros que o circundam. Pode-se pois depreender que além da idade existem outras variáveis que contribuem para definir as pessoas. Esta teoria não explica o modo como os indivíduos se comportam, debruçando-se com mais particularidade sobre as características demográficas e históricas de uma maneira geral. Todavia não podemos esquecer a sua contribuição para o entendimento da trajectória traçada pela sociedade com o objectivo de rotular os indivíduos. Esta perspectiva centra-se na idade, necessitando a sociedade de classificar os indivíduos e agrupá-los segundo a idade, classe ou outra variável, para interpretar os seus comportamentos e atitudes.

2.16. Teoria da Economia Política do Envelhecimento

Recentemente, surge o pressuposto que o status e os recursos dos seniores encontram-se condicionados pela sua posição na estrutura social e pelos factores sócio económicos que afectam essa posição. Assim o problema dos longevos surge como algo que condiciona as sociedades mas ao mesmo tempo é originado pelas próprias sociedades não podendo ser versado em termos individuais.

Existe uma relação entre esta abordagem e a teoria do ambiente social, pois verifica-se uma análise contextualizada do fenómeno da velhice, dando relevo à conjuntura

política, social e económica da sociedade, na maneira de encarar os problemas da população sénior.

As sociedades capitalistas consideram a terceira idade como algo hostil e até nocivo, pois nestas sociedades existem normas de funcionamento que indicam para determinadas concepções sociais do envelhecimento e para a superioridade de certos valores, que originam determinadas políticas para os indivíduos idosos e para outros que pertencem a outras categorias sociais.

Assim, surge a construção social do envelhecimento como um problema de natureza médica, relacionando o envelhecimento com a doença, processo composto por várias fases, existindo em cada fase vantagens e desvantagens, como consequência da forma como os indivíduos na terceira idade são encarados nas sociedades capitalistas.

Ocorre estigmatização e marginalização como resultados desta abordagem sobre o que é ser idoso. Aos senescentes são concedidos certos atributos como a actividade física reduzida, desvinculo da vida social, transição de independência para dependência e a perda do auto controle.

Esta concepção salienta os estereótipos que caracterizam os idosos, define a velhice como algo natural ao sistema social. Desta forma, aos anciãos é concedida uma determinada importância, estando a mesma relacionada directamente com o contexto temporal e espacial, sendo o contexto espacial determinante para a forma como estes indivíduos e os seus problemas são encarados.

As várias perspectivas apresentadas sobre o processo de envelhecimento e a adaptação do idoso à velhice, possuem determinada importância e um papel relevante na interpretação de algumas variáveis, contribuindo para a compreensão da adaptação deste

grupo populacional ao seu escalão etário e para a compreensão da afinidade que existe entre a sociedade e os indivíduos idosos.

Ao analisarmos as diferentes teorias sobre o processo social do envelhecimento verificamos que existem dificuldades em encontrar modelos gerais e totais que descrevam este processo complexo e diversificado.

Surge uma visão pessimista se generalizarmos as diferentes teorias, pois estas baseiam-se na observação das condições materiais de vida, subordinadas ao sistema de produção, analisando o indivíduo e o seu comportamento sob estes aspectos. Estas concepções não se debruçam sobre o estudo dos valores espirituais e bens subjectivos como a reflexão, a meditação e a sabedoria sendo também uma falha a considerar.